



APROVADA
NA 517 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 514
3 de março de 1994
Hora: 10h 10m às 12h 50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação, como Observador no Comitê de Representantes, do Excelentíssimo Senhor Embaixador Radu Urzica, da República da Romênia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.291).
3. Consideração da ata correspondente à 512a. sessão.
4. Aperfeiçoamento do quadro normativo comum em matéria de origem (ALADI/SEC/Proposta 145 e Add. 1 e 2).
5. Outros assuntos.
 - Grupos de peritos em matéria de normas técnicas.
 - Convocação da terceira reunião de Peritos Governamentais sobre Comércio de Serviços (ALADI/CR/PA 52).
 - Sistema Integral de Informação e Apoio ao Comércio Exterior.
 - Conselho Assessor Empresarial.

Preside:

IGNACIO VILLASEÑOR

Assistem: Jesús Sabra, Noemí Gómez, Arturo Hotton Risler e Elizabeth Wimpfheimer (Argentina), Hernando Velazco Tárraga, Roberto Finot e Rosario del Río (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares e Ferando Jacques de Magalhães Pimenta (Brasil), Antonio Urdaneta e María Elvira Pérez de De Castro (Colômbia), Raimundo Barros Charlin (Chile), Eduardo Cabezas Molina (Equador), Ignacio Villaseñor, Juventino Balderas, Dora Rodríguez Romero e Adolfo Treviño (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo Fernández-Cornejo-Cortés (Peru), Néstor Cosentino, Eduardo Penela Ríos e José Roberto Muínelo (Uruguai), Germán Lairer e Antonio Rangel (Venezuela), Juan W. Valenzuela (Costa Rica), Abelardo Curbelo Padrón (Cuba), Radu Urzica, Agustín Nicolaepop (Romênia), Valeri Dergatchev (Rússia).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Néstor W. Ruocco.

PRESIDENTE. - Inicia-se a 514a. sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

Se não houver comentários ou observações à ordem do dia ficaria como aprovada. APROVA-SE.

- Incorporação, como Observador no Comitê de Representantes, do Excelentíssimo Senhor Embaixador Radu Urzica da República da Romênia.

PRESIDENTE. É para a Presidência uma honra muito grande receber o Excelentíssimo Senhor Embaixador da Romênia, Doutor Radu Urzica, como Observador neste Comitê de Representantes.

A acreditação do Senhor Embaixador Urzica demonstra o claro e firme interesse que a Romênia vem manifestando para com a América Latina e, particularmente, pelo processo de integração regional que promove a ALADI.

Vemos este passo como uma decisão natural por parte de uma Nação que compartilha com a América Latina de uma raiz cultural

em

comum, mas também como expressão da vontade de reforçar os laços existentes nos campos político e econômico.

Temos grande confiança em que sua acreditação, Excelentíssimo Senhor Embaixador Urzica, contribuirá para promover, baseado em um programa de cooperação subscrito em 4 de novembro passado, entre a Romênia e a ALADI, uma frutífera colaboração entre a nação que representa e os países agrupados nesta Associação.

Não desejaria concluir estas breves palavras sem antes deixar constância do fato de que o Senhor Embaixador Urzica é um estudioso dedicado aos temas latino-americanos e que possui uma brilhante folha de serviços em favor do fortalecimento das relações romeno-latino-americanas, seja através de um ativo trabalho na Chancelaria romena, onde surgiu como Diretor para a América Latina, seja nos cargos desempenhados em diferentes países latino-americanos.

Sua trajetória profissional e pessoal traduz uma inequívoca vocação em favor da aproximação entre seu país e a América Latina.

Em nome do Comitê de Representantes dou a Vossa Excelência as mais cordiais boas-vindas.

Com a palavra o Senhor Embaixador da Romênia.

Representante da ROMENIA (Radu Urzica). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Embaixador do México, Ignacio Villaseñor, Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, Doutor Antonio de Cerqueira Antunes, Secretário-Geral da ALADI, desejaria antes de mais nada, começar por felicitar o Senhor Embaixador do México, Ignacio Villaseñor, na oportunidade de assumir a Presidência do Comitê de Representantes da ALADI e desejar a Vossa Excelência o maior sucesso no desempenho de tão alta função.

A decisão do Comitê de Representantes de conceder à Romênia o caráter de Observador junto à ALADI, assinala uma etapa importante no estreitamento dos vínculos da Romênia com os países irmãos da América Latina.

Nos últimos quatro anos as relações da Romênia com a América Latina tiveram um impulso geral, uma diversificação e um enriquecimento em todos os âmbitos. Estas relações inseridas na dimensão latina da política exterior, aberta e dinâmica da Romênia democrática, tiveram novo impulso tanto nas relações bilaterais quanto com as organizações inter-americanas e latino-americanas.

A partir de 1990, intensificou-se a colaboração da Romênia com estas organizações. Em outubro de 1990, a Romênia foi

admitida como observador permanente na Organização dos Estados Americanos, também se estreitaram os vínculos com o SELA.

A partir de 15 de dezembro de 1993, a Romênia é Observador no Comitê de Representantes da ALADI.

O programa de cooperação entre a Romênia e a ALADI abre amplas perspectivas para a realização de ações e projetos cuja concretização redundará em benefício recíproco de nossos países.

Propomo-nos, junto com a Secretaria-Geral da ALADI, identificar ações concretas, as quais implementadas em projetos dêem conteúdo à relação de colaboração entre a Romênia e a ALADI.

A Romênia e a ALADI desempenharam e desempenham um transcendental papel na realização da integração latino-americana, iniciam uma colaboração que desejaríamos que perdurasse e fosse mais frutífera.

Meu país tem a melhor disposição em atuar neste sentido. Estamos certos de que em nossa missão teremos toda a colaboração do Comitê de Representantes e da Secretaria-Geral da ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador da Romênia. Com a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Em nome da Secretaria queremos dar as mais cordiais boas-vindas ao Embaixador Urzica e manifestar nossa satisfação pela incorporação de seu país como Observador. Outrossim, manifestar nossa satisfação pela excelente relação que tivemos durante a elaboração de um programa que esperamos seja realmente muito importante, como um paradigma das novas relações que se estão estabelecendo nesta Casa entre suas instituições e os Observadores.

Nossos técnicos colaboraram com os técnicos da Embaixada da Romênia no Uruguai, tivemos uma excelente impressão, uma excelente avaliação das possibilidades de cooperação que vamos ter com esse país.

Damos as mais cordiais boas-vindas neste momento, no qual o papel da ALADI se está projetando em outra escala, como uma Casa na qual todos os problemas e soluções da integração estão sendo debatidos.

Com estas simples palavras desejo ao Embaixador Urzica uma excelente relação conosco e que saiba que estamos a sua inteira disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.291).

PRESIDENTE. Pediria à Secretaria-Geral que nos informasse sobre estes assuntos.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, no documento de referência estão registradas as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Desses assuntos, a Secretaria queria salientar os pontos 1 e 2. O primeiro se refere a uma nota da Representação da Argentina comunicando que o Conselheiro, Doutora Elizabeth Wimpfheimer, assumiu funções nessa Representação.

Queremos dar à Doutora Wimpfheimer cordiais boas-vindas aos trabalhos deste Casa.

O segundo ponto a salientar se refere a uma nota da Representação da Bolívia pela qual comunica que o Segundo Secretário, Rosario del Río assumiu funções nessa Representação.

Também estendemos à Segundo Secretário, Rosario del Río, nossas mais cordiais boas-vindas.

Outrossim, queremos salientar que a Representação do Paraguai enviou à Secretaria um cheque do Banco Central, pela quantia de US\$ 131.187,89, por conceito de pagamento de quotas atrasadas e adiantamento para 1994.

No mesmo sentido, a Representação da Venezuela enviou um cheque do Banco Central, pela quantia de US\$ 211.411,43, como pagamento parcial da quota correspondente ao ano de 1993.

E finalmente, a Representação do Equador nos enviou um cheque, pela quantia de US\$ 42.533,85.

Senhor Presidente, queremos manifestar nossa satisfação pelo recebimento destes cheques e agradecemos o empenho dos Embaixadores do Paraguai, da Venezuela e do Equador, que conhecemos e apoiamos e que resultou nesses pagamentos que são de muita importância para o funcionamento da Associação.

Estes eram, Senhor Presidente, os assuntos que queríamos salientar.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Compartilhamos também da satisfação da Secretaria-Geral pelo recebimento destas contribuições do Paraguai, Venezuela e Equador e queremos enviar, através dos Senhores Representantes, aos Governos nosso agradecimento por uma contribuição tão valiosa.

Também desejaria dar as mais cordiais boas-vindas aos funcionários das Representações da Argentina e da Bolívia que se incorporam formalmente a nossos afazeres, a partir desta data.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

3. Consideração da ata correspondente à 512a. sessão.

Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Aperfeiçoamento do quadro normativo comum em matéria de origem (ALADI/SEC/Proposta 145 e Add. 1 e 2).

A respeito deste ponto a Representação da Argentina entendendo, queria fazer alguma intervenção.

Com a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Obrigado, Senhor Presidente.

Neste tema os peritos em matéria de origem reuniram-se oportunamente e assinalaram, entre outros, que era importante ampliar as normas sobre o tema de origem naqueles casos nos quais se fazem exportações, dentro do próprio regime, entre dois países, mas cuja faturação procede de um terceiro país.

Neste caso deve esclarecer-se expressamente quando acontece uma operação com estas características e para isso era importante incluir nas normas a própria recomendação da Secretaria que foi acordada pelo grupo de peritos na Proposta 145.

Nesses termos é que queríamos ver se isto pode ser implementado, através de um aspecto normativo comum em matéria de origem, esta Proposta 145 e as adicionais 1 e 2.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Argentina.

Pergunto à Secretaria-Geral se desejaria fazer algum comentário nesse sentido.

SECRETARIA (Néstor Ruocco). Muito obrigado, Senhor Presidente, sim, considero que cabe nosso comentário, não somente no sentido manifestado pelo Senhor Representante da Argentina, que consideramos muito oportuno, mas também a respeito de toda a Proposta 145, que incorpora uma série de ajustes no regime da Resolução 78 como consequência do próprio mandato recebido pelo Conselho de Ministros, por oportunidade de sua sexta reunião.

Como os senhores lembrarão, a proposta apresentada pela Secretaria seguiu um pedido da Representação do Brasil sobre a ampliação da análise referente a um dos critérios utilizados pela Resolução 78 para qualificar a origem. Refiro-me ao critério referente ao conteúdo nacional ou de valor agregado.

Isto motivou que a proposta da Secretaria fosse ampliada posteriormente com um documento adicional que também deveria ser analisado para uma provável incorporação de novos critérios à Resolução 78.

Ou seja, o tema tem relação, vincula-se com praticamente a totalidade da Resolução 78 porque, em definitivo, as propostas da Secretaria estão dirigidas a melhorar sensivelmente essa resolução, inclusive no aspecto assinalado muito bem pelo Senhor Representante da Argentina que foi uma lacuna que ficou na Resolução 78 e que tentamos preencher da maneira que está estabelecida na proposta.

Posteriormente, também a Representação do Chile solicitou à Secretaria-Geral a tradução ou a equivalência dos apêndices 1 e 2 da Resolução 78, que contém a descrição dos produtos considerados como originários pelo simples fato de serem produzidos no território de uma parte e contém também os requisitos específicos de origem. Em um documento complementar, tínhamos posto em conhecimento e agora a Representação do Chile, segundo nosso parecer, também com bom critério, procura que demos a forma definitiva em que ficarão incorporados na própria Resolução 78.

Significa, Senhor Presidente, que há uma série de aspectos que sim justificariam a atenção do Comitê sobre os ajustes a esta Resolução 78, além dos quais, como manifesta o Senhor Representante da Argentina, ocupam-nos neste momento.

Gostaria de assinalar, Senhor Presidente, que nós, no tema proposto pela Argentina, temos respondido consultas formuladas por algumas Representações, no sentido em que a solução que dá a Proposta 145 é, conforme a opinião dos especialistas em matéria de origem, efetivamente a que soluciona o problema que o Senhor Representante da Argentina apresenta. Mas, isso é justamente o que deveria incorporar-se à legislação vigente.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). O tema do aperfeiçoamento do quadro normativo de origem, segundo nosso parecer, tem grandes avanços em função do que os especialistas recomendaram nesta primeira reunião celebrada no ano de 1992.

A menção do Senhor Representante da Argentina sobre as faturas desde terceiros países, preocupação que foi manifestada originalmente pela Representação do Uruguai à Secretaria-Geral da ALADI, foi recolhida com a intenção justamente de subsanar um grave erro em função dos avanços tecnológicos no comércio que estão acontecendo hoje em dia. Mas, também creio que nisto há mais um matiz, que são as faturas de zonas

francas, ou seja, ao recebimento de mercadorias em territórios dos Estados Membros da ALADI faturados por terceiros. E isso também de alguma maneira deveria prever-se neste tipo de resoluções a serem adotadas.

Senhor Presidente, entendemos que neste relatório e na proposta há muitas coisas positivas que podem ter um resultado muito rápido. Para isso proporíamos que fosse criado um grupo de trabalho que funcionasse durante três ou quatro sessões, para ver que projeto de resolução pode sair destas recomendações da primeira reunião. E proporíamos que este grupo se reunisse a partir da próxima semana em ritmo intenso de trabalho.

PRESIDENTE. há uma proposta para criar um grupo de trabalho que ultime as considerações a respeito deste tema para ser submetidas ao Comitê de Representantes.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Creio que a solicitação da Representação da Argentina e as explicações de caráter mais geral dadas pela Secretaria, além da recente intervenção da Representação do Uruguai com sua proposta, mostram que o tema origem voltou a adquirir atualidade nesta Associação. Esta atualidade e esta urgência, segundo parecer da Representação do Brasil, estão vinculadas inclusive às evoluções recentes na Associação, a nossas tentativas renovadas de articulação e convergência e a nossos vários projetos de integração de caráter sub-regional.

Para a Representação do Brasil o tema origem é absolutamente importante. Por isso mesmo estaríamos dispostos a apoiar a criação deste grupo de trabalho para fazer, em um prazo tão urgente como possível, seu exercício, mas gostaríamos de que o objetivo dele não fosse um objetivo fracionário; que se retomasse a totalidade do tema para que não tivéssemos, apenas, interesses muito particulares, interesses de momento e que se fizesse uma reflexão de modo a aperfeiçoar realmente a Resolução 78 de uma maneira estrutural, que nos permitisse avançar nos vários projetos de integração em que estamos empenhados na Associação. É nesse entendimento que a Representação do Brasil apoiaria a proposta uruguaia.

PRESIDENTE. Não desejaria adiantar-me a respeito de alguma conclusão quanto a essa proposta antes de oferecer a palavra à Argentina e depois ao Chile.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, para apoiar a proposta do Uruguai, no sentido de criar um grupo de trabalho deste Comitê e analisar o tema da origem, o mais breve possível.

Representação do Chile (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, para apoiar a proposta do Uruguai para que se reúna este grupo, o mais breve possível, e que analise todos os aspectos concernentes ao tema. Mas, lamentavelmente nós não

poderíamos participar na próxima semana por problemas administrativos internos do Governo do Chile. Poderíamos participar no final de março.

PRESIDENTE. Não cabe dúvida de que na conformação do grupo e para seus trabalhos, precisamente quanto à data para iniciá-los a Secretaria-Geral cumprirá um papel sumamente útil. Portanto, solicitará à Secretaria-Geral que tomasse as providências necessárias para poder realizar este trabalho no grupo que foi proposto pelo Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). A Representação do Uruguai agradece profundamente o apoio a sua iniciativa e deseja reiterar que nossa proposta tem um sentido de rapidez. Acreditamos que este grupo de trabalho se expedirá o mais breve possível e poderíamos marcar um prazo não além de quinze dias a partir da primeira reunião em que comece a funcionar. Compartilhamos plenamente da iniciativa do Senhor Representante do Brasil no sentido de que aproveitemos o máximo possível todo este mecanismo, que foi estudado em seu momento, e não façamos questão de adiar em algum caso com algum tema muito pontual ou demasiado técnico. Tratemos somente de sair dos procedimentos administrativos nos casos peculiares deste tema da origem.

PRESIDENTE. Simplesmente referendaria à Secretaria-Geral para que iniciasse os trabalhos para dar cumprimento a este tipo de proposta, de acordo com as necessidades em matéria de datas, levando em conta a limitação assinalada pelo Senhor Representante do Chile, mas também o caráter urgente para a consideração de um tema tão importante como este.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, também para apoiar a iniciativa do Uruguai junto com o respaldo das demais Representações que me antecederam e tal vez com uma anotação adicional, que nasce da comparação entre o resultado do documento que a Secretaria circulou e o que está acontecendo agora em matéria de regulamento de origem. Ou seja, certamente toda a atividade comercial que é feita no âmbito da ALADI identifica aspectos administrativos e aspectos relacionados, além do administrativo, também com o regulamento de origem ou com o regime de origem. Não obstante, fica pelo menos a pergunta do que será feito com a evolução que houve desde então até agora em matéria de regime de origem; se também isso seria matéria do grupo de trabalho; se o grupo de trabalho seria dividido em dois, diríamos, em duas agendas: uma para dar cumprimento aos pontos de atraso, por chamá-los de alguma maneira, e produzir, na oportunidade adequada, os resultados que estão sendo requeridos por parte de diferentes Representações. Mas também, se fosse possível, pensar em um segundo capítulo para o mesmo grupo de trabalho, de maneira que as partes de atualização do regime de origem também estivessem contempladas desde a própria criação do grupo de trabalho.

PRESIDENTE. Peço à Secretaria que tome nota desta preocupação, desta proposta. Muito obrigado.

5. Outros assuntos.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Cosentino). Senhor Presidente, temos dois temas para propor ao Comitê.

- Sistema Integral de Informação e Apoio ao Comércio Exterior.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Cosentino). Um deles tem a ver com o Sistema Integral de Informação e Apoio ao Comércio Exterior, no qual a Secretaria avançou praticamente para cumprir com o previsto pela Resolução 31 do Sexto Conselho de Ministros.

No último Conselho realizado aqui, em 11 de fevereiro, os senhores lembrarão que no saguão havia três monitores com pessoal técnico para fazer demonstrações, aos que quisessem, da efetividade e dos avanços deste sistema e também foi distribuído um folheto "Sistema Integral de Informação". Nós o estudamos e temos a impressão de que vale a pena que todos os Representantes conheçamos em profundidade este sistema, na forma em que está trabalhando atualmente. Não sei se os demais distintos colegas tiveram a oportunidade de aprofundar-se no mesmo. Consideramos muito importante, inclusive, que tomemos meia hora em alguma próxima reunião do Comitê de Representantes para que se possa fazer uma demonstração para todos, inclusive para os Senhores Observadores também, para que vejam em que forma avançou a Associação neste sistema de informática. Portanto, concretamente proporíamos que para uma próxima reunião do Comitê, se estivermos todos de acordo, a Secretaria possa fazer-nos uma demonstração deste sistema, que segundo entendi pelo que falei com o pessoal encarregado, não levaria mais de trinta minutos. Consideramos muito importante essa demonstração.

- Conselho Assessor Empresarial.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Cosentino). Em segundo lugar, Senhor Presidente, queríamos referir-nos ao Conselho Assessor Empresarial. Isto é um tema que vem ficando adiado, porque tínhamos outros temas mais importantes a tratar no transcurso do ano passado, mas me permitiria lembrar que está pendente a convocação da quinta reunião do Conselho Assessor, que deveria ter sido realizada em 1993; a quarta reunião do CASE foi realizada em outubro de 1992. Nem sequer pelas razões que brevemente explicamos

em sua oportunidade nesta mesma Sala pôde ser tratado o relatório dessa reunião.

Obviamente perdeu um pouco de atualidade a consideração do relatório in extenso, mas sim há um documento informativo 541, de 5 de novembro de 1993, distribuído também pela Secretaria com outros documentos, onde foi uma análise do estado de situação das recomendações da Quarta Reunião do CASE, e há temas pendentes tais como -vou permitir-me mencionar dois ou três- as recomendações que o CASE fazia ao Comitê. Uma era, por exemplo, estender o mandato das autoridades do CASE para dois anos, parecia que isso era muito importante em outubro de 1992 e estamos já em fevereiro de 1994 e nem sequer temos tratado um ponto tão simples como esse, sobre o qual pareceria que não deveria haver objeção das Representações para que esse mandato fosse prorrogada para dois anos.

Também, outro dos temas que o CASE apresentava era oferecer a esse Conselho Empresarial a possibilidade de consultar o Comitê de Representantes sobre temas referentes ao processo de integração que tivesse incidência direta sobre as relações empresariais. Isto está, obviamente, pendente da aprovação ou da autorização do Comitê e continua pendente.

Também nessa reunião o CASE fez algumas manifestações ou aspirações que propunha a Secretaria. Dentre as várias que salientamos há uma que diz: "... solicita à Secretaria enviar às delegações ante o CASE a totalidade dos projetos apresentados para a consideração do Comitê...". Tudo isto está pendente, nunca o respondemos.

Mas, o que ainda é mais importante: estávamos praticamente todos de acordo e também os setores empresariais de que a forma como o CASE está funcionando já não é mais atualizada, que deveríamos ver a forma de reestruturá-lo ou mudar o sistema.

Houve por parte da Representação da Argentina, lembro também, uma aspiração de que se planificassem reuniões empresariais de alto nível, não simplesmente a reunião do CASE, senão reuniões setoriais ou por representações empresariais, ou seja, os industriais, por um lado, os comerciantes, por outro, as organizações financeiras, por outro, eventualmente. Tudo isso está pendente e o consideramos muito importante, e se em reiteradas resoluções do Conselho de Ministro se insiste sempre para que sejam aprofundadas as relações com o setor empresarial, que seja dada outra estrutura ou dimensão ao CASE; verdadeiramente considero que estamos em falta.

Portanto, o que concretamente estamos propondo, não tanto como Representação do Uruguai -embora nos preocupe

muito- senão como integrantes daquela Comissão que o Comitê tinha designado, há aproximadamente um ano e meio, para tratar todos os temas referentes ao setor empresarial, que definitivamente coloquemos na agenda do Comitê, possivelmente na ordem do dia da próxima reunião, tratar este assunto e decidir o que é o que vamos fazer: se marcarmos uma data que também está prevista para abril, mas já estamos praticamente em abril e não foi tratado, de convocar o CASE atual para abril ou convocar a mesa diretiva do CASE que já teve uma reunião aqui, há alguns meses, onde foram esboçadas algumas idéias junto com a Secretaria dessa reestruturação. Algo deveríamos fazer.

Portanto, ou encomendamos aquela Comissão que imediatamente se dedique a este tema ou o tratamos em uma reunião do Comitê, e entre todos propomos a data de convocação e encomendamos à Secretaria que entre em contato com as atuais, que supomos que continuam sendo as mesmas, autoridades que o CASE nomeou em sua quarta reunião para ver que fazemos com respeito à convocação e a essa reestrutura.

Deixamos essa preocupação aos Senhores Representantes e à Secretaria, Senhor Presidente, e pessoalmente estamos às ordens para convocar aquela Comissão, ampliá-la ou nomear outro grupo de trabalho. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai.

A ressalva de que possa ser tratado esse tema em um grupo ou comissão, sabendo que é impensável que os empresários não tenham um papel muito ativo no processo de integração sobretudo para consolidá-lo, perguntaria à Secretaria-Geral se desejaria fazer algum comentário preliminar sobre o estado em que estão todos estes assuntos.

SECRETARIO-GERAL. A Secretaria acredita que realmente para revitalizar o CASE devemos redimensionar seus trabalhos e sua forma de organização, e isso é o que se estava fazendo em conjunto com a diretoria atual do CASE. Sobre estas tratativas com a diretoria atual, pediria ao Doutor Maidana que nos informasse.

Consideramos que de acordo com os avanços desta diretoria, que está composta por seu Presidente e seus dois Vice-Presidentes, houve algumas reuniões, alguma acompanhei, outras estava viajando e não pude acompanhar. Por isso, pediria ao Doutor Maidana que explicasse, mas a idéia era que a partir daí e na Comissão que foi criada para o tratamento do assunto, saísse, o mais breve possível, uma sugestão para uma convocação de uma próxima reunião do CASE, porque já existem bases diferentes de maior dinamização da participação dos empresários.

De modo que a Secretaria acredita, Senhor Presidente, que o mais útil seria ver como está o trabalho da própria diretoria do CASE e logo reunir a Comissão e ver como tratar esse assunto e a forma de convocação do próximo CASE.

Isso é o que considera a Secretaria sobre esse assunto. Pediria ao Doutor Maidana que completasse a informação.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Senhor Presidente, sobre o tema a Secretaria manteve, tal como o informou o Senhor Representante do Uruguai, reuniões com a Comissão Diretora do CASE para ver a situação do desenvolvimento deste órgão auxiliar e particularmente as ações a seguir.

Sobre o tema ficou-se em que era conveniente analisar qual seria por um lado a oportunidade de convocar a Quinta Reunião do CASE e por outro ver que enfoque renovado poderia ser dado a este Conselho para que fosse mais efetivo. Mas, isto está pendente e continuamos conversando com o Presidente do CASE, que é o Presidente da Câmara de Indústrias do Uruguai, não obstante, surge aqui outra corrente de trabalho que se estabelece na Resolução 42 (VIII) do Conselho de Ministros, que precisamente em seu artigo primeiro, letra a), prevê que o Comitê de Representantes analise procedimentos para dar maior eficácia ao CASE. A luz desta nova corrente a Secretaria está fazendo alguns exercícios de como poderia focar globalmente este tema em termos do CASE e a participação do empresariado como tal no processo.

Vamos incorporar este tema ao projeto de programa de atividades que os senhores terão na próxima semana. Isso é tudo, Senhor Presidente.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, o tema incluído pela Representação do Uruguai é para nós de vital importância. É assim que em diferentes oportunidades temos falado da maior participação dos agentes econômicos e dos empresários em particular.

Creio que a síntese feita tanto pela Representação do Uruguai quanto pela Secretaria-Geral nos conduz a duas propostas: uma, esperar um pouco o cronograma que nos facilitará a Secretaria, mas ao mesmo tempo seria bom que a Comissão de trabalho, que está presidindo o próprio Embaixador Néstor G. Cosentino, possa voltar a reunir-se para que junto com a Secretaria proponha uma nova reunião para os próximos dias para informar sobre a situação e ver, com a cooperação da Secretaria, que novas alternativas e propostas se poderia fornecer ao Comitê. Porque considero que é um tema muito importante e deveria haver uma elaboração prévia antes de ser submetido à consideração do Comitê.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Apenas para apoiar as considerações feitas pelo Senhor Representante da Argentina.

Gostaria também de que antes de que esta reunião da Comissão de trabalho e antes desses trabalhos da Secretaria sobre um estado de situação e elaboração de propostas, que esse trabalho da Secretaria, sobretudo a evolução, esta síntese feita pelo Secretário Maidana e pelo Secretário-Geral fosse elaborada um pouco mais e fosse distribuída para que todas as Representações tivéssemos -antes de começar essa nova rodada de atividades em nível da Comissão- o máximo de informação pertinente sobre a problemática do CASE e, até onde se chegou até este momento antes de dar os primeiros passos em termos de aperfeiçoamento. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. O Senhor Secretário me informa que um resumo de todos estes temas será colocado à disposição dos Senhores Representantes antes de terça-feira da próxima semana.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, também compartilhamos das propostas da Representação do Uruguai, apoiadas pelas demais representações. Considero que são pontos de vista sumamente úteis para retomar avanços e revitalizá-los, sobretudo ao redor de uma relação que cada vez mais surge como um dos agentes dinâmicos dentro da integração, que é nossa relação com o setor empresarial.

Nossa pergunta a este respeito é como se está prevendo no programa de trabalhos da própria Secretaria-Geral a incorporação de outras relações que também estavam acontecendo com setores empresariais, e em particular, com setores específicos da atividade econômica que tem a ver com os acordos comerciais.

Certamente, uma tentativa de consolidação da relação em vez de ter várias, ter uma ou por capítulos. Enfim, simplesmente reflito sobre a forma em que ficaria incorporada esta relação que realmente tem antecedentes muito interessantes, que contribuiu também com questões muito interessantes, que ficaram plasmados na evolução das preferências negociadas nos acordos comerciais dos quais participamos vários países. Isto, como preocupação para este grupo que vai se reunir e que vai começar a perfilar a nova relação com o setor empresarial.

PRESIDENTE. Considero muito pertinente a preocupação de Vossa Excelência sobre outras reuniões em nível empresarial, especialmente sobre os acordos comerciais. Solicitaria,

com base no anterior, que a Secretaria pudesse agora ou em uma próxima sessão formal do Comitê informar-nos sobre as disposições que tenha nesse sentido

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, podemos dividir os contatos, as relações da Associação com os empresários, em três áreas: uma, referente à participação dos empresários nas negociações de acordos antes da tomada de posição nas negociações dos governos. Tende a desaparecer, na medida em que os acordos vão transformando-se em acordos de nova geração, em que os acordos sub-regionais estão absorvendo as gamas de produtos que são negociados nesse acordo, porque avançam mais rapidamente.

A respeito deste ponto, o trabalho da Secretaria, desde 1990, foi procurar que este foro não desaparecesse, que os empresários sugerissem outros tipos de negociação que não se referissem somente às preferências casuísticas e conexas. Daí surgiu, por exemplo, a questão de normas técnicas, proposta pelo grupo de empresários que vem aqui negociar acordos sobre material elétrico e eletrônico. Fizeram outras sugestões referentes às normas para transportes de carga perigosa, de produtos químicos, e assim por diante.

Essa é uma área. Esse foro é um foro que considero que deveria procurar-se uma forma para que não desaparecesse. Outra área se refere ao contato que temos com os empresários na promoção do comércio e das negociações, onde fazemos rodadas de negociações, com uma exposição que a Secretaria e às vezes os Embaixadores fazem aos empresários sobre os acordos, a forma de aproveitar os acordos pelos empresários. E também uma rodada de negociações em que se promove o encontro de demandantes e oferentes em mesas de reuniões de tal modo a maximizar a possibilidade de que os empresários façam negócios entre si. Esses negócios podem ser de todo tipo: comércio, tecnologia, investimento etc.. Essa é a segunda área.

A terceira área, que é a área que sempre trouxe problemas para a Associação é a área do CASE, a área de um Órgão que consta institucionalmente na Associação como um órgão auxiliar do Comitê. Qual o papel do CASE? Que deve fazer? Como participar?

Isso é o que estamos tratando agora aqui, a idéia que se está embaralhando, com o apoio dos próprios empresários que constituem a Mesa Diretora do CASE, é justamente como fazer para que o CASE faça, reflita e transmita ao Comitê - porque seu papel é consultivo, é assessor do Comitê - os interesses dos empresários, visto a grande dificuldade de representação. Porque no CASE, teoricamente, deveriam estar empresários do comércio, das finanças, da indústria, da agricultura e de outros vários serviços. Então, estamos embaralhando a idéia de ter um grupo fixo, a direção e uma

possibilidade de convocação de setores para ver se dá dinamismo. São idéias que estão sendo embaralhadas.

Esse é o problema, Senhor Presidente, a dor de cabeça que temos para resolver: como dinamizar esta participação. Porque nas outras duas áreas o problema é simplesmente de maior ou de menor atividade. Mas, são atividades diria exitosas, sobretudo a segunda; a primeira deveria talvez sofrer uma modificação porque, como digo, esta riqueza, este capital que temos que é o fato de que venham aqui os empresários reunir-se para discutir um acordo, isso deveria aproveitar esse grupo para continuar uma participação na Associação. Não somente negociando preferências, porque as preferências certamente serão automáticas e com datas e cronogramas definidos, mas sim debatendo outros problemas que dizem respeito a seu setor e que tem a ver com a integração.

Isso, Senhor Presidente, atendendo a preocupação do ilustre Representante do México é um quadro geral, sem entrar em detalhe nem aprofundar a análise, simplesmente para dar uma panorama geral das relações que existem entre a Associação e os empresários. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Se não houver outros comentários sobre este tema considero que temos esgotado a ordem do dia.

Com a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

- Grupos de peritos em matéria de normas técnicas.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló).
Desculpe, Senhor Presidente, por propor a último momento um tema no qual justamente a exposição do Senhor Secretário-Geral se adiantou a proposta.

Senhor Presidente, nesta Secretaria-Geral foi convocado em reiteradas oportunidades o grupo de peritos em matéria de normas e regulamentos técnicos. Houve, diria, avanços limitados quanto à subscrição, à possível subscrição de um acordo-quadro.

A Representação do Uruguai pretenderia, Senhor Presidente, que a Secretaria nos atualizasse quanto à situação em que se encontra esse acordo-quadro depois de todos os esforços feitos até o presente e que são os regulamentos técnicos e as normas técnicas a disciplina deles levaria em alguma medida ao levantamento de algum tipo de restrições ou a normalização das restrições que de alguma maneira parecem existir.

Portanto, Senhor Presidente, pediríamos, através de Vossa Excelência, à Secretaria-Geral que nos pudesse ilustrar

em uma próxima sessão, talvez em branco e preto, os avanços e a situação em que se encontra isso que é de vital importância para o bom andamento da Associação.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Por causa desta inclusão do tema de normas técnica vem a nossa memória, Senhor Presidente, a Resolução 41 (VIII) da última reunião do Conselho na qual consta um mandato expresso para que se avance em matéria de negociações no quadro-normativo, e entre esses aspectos está o acordo-quadro sobre normas técnicas. Mas, também, temos outros temas, como valorização aduaneira, restrições não-tarifárias, normas anti-dumping, harmonização de incentivos à exportação. E creio que seria muito útil que já que a Secretaria fez um trabalho muito proveitoso que é a avaliação da Rodada Uruguai, fizesse um quadro comparativo das legislações vigentes em todas estas matérias no âmbito da ALADI, seja o vigente ou o que se avançou em seus trabalhos e estudos, que é o que está vigente ou entraria em vigência agora na Rodada Uruguai, que é o que está vigente no MERCOSUL, incluindo a última reunião do Conselho do MERCOSUL, de Colonia, em janeiro de 1994, e eventualmente, o do Pacto Andino, de tal maneira que quando voltem a criar-se os grupos para analisar e continuar a análise de cada um destes temas, possamos ter um quadro desta situação. Em alguns casos, em forma expressa, a Secretaria assinala neste estudo da avaliação da Rodada Uruguai que nossos países assumiram um compromisso que vai além do que realmente está em vigor no âmbito da ALADI e estão surgindo, em alguns casos dificuldades para a aprovação destas normas na ALADI quando são muito mais laxas, mais genéricas as disposições no âmbito da ALADI.

Considero que realmente deveríamos fazer uma revisão global de todos estes temas. Por isso é muito útil a intervenção do Uruguai, em particular para o tema das normas técnicas e queremos aderir ao pedido deles ampliando-o aos outros aspectos que acabamos de mencionar e fazer um quadro de legislação comparativa nessa matéria.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante da Argentina. Transfiro à Secretaria-Geral a proposta do Senhor Representante do Uruguai com o acréscimo feito pelo Senhor Representante da Argentina e ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. A Secretaria está preparando um documento breve sobre a situação do quadro normativo e operacional dos instrumentos da ALADI. No quadro normativo e operacional distinguimos duas partes: uma referente aos instrumentos normativos e operacionais do comércio, independentemente de se há ou não acordos, porque é um ponto de partida básico.

É um segundo aspecto referente aos instrumentos normativos e operacionais que fazem parte dos acordos tais como normas de origem, cláusulas de salvaguarda, etc..

Estamos tentando fazer um mapa geral disso para apresentar um estado de situação justamente para localizar por que as diferenças. Falamos muito do quadro normativo, há uma resolução que diz que os países transarão nisso, tentarão, mas devemos ter um quadro e uma estratégia para tratá-lo. Estamos preparando, sem aprofundar, uma comparação com o GATT, mas somente uma primeira aproximação que dê uma idéia de como se encontra. Isso nos preocupa muito porque temos uma idéia de que esse aspecto está bastante atrasado, mas queríamos colocá-lo em preto e branco com uma visão global e ao mesmo tempo com bastante informação sobre cada um dos instrumentos. Isso é o que estamos preparando para ajudar à discussão, Senhor Presidente.

E sobre normas técnicas e outros detalhes pediria ao Doutor Juan Francisco Rojas que complementasse minhas explicações.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas).

Efetivamente, no caso particular das normas técnicas apresentamos em fins do ano passado o projeto de acordo que seria subscrito no âmbito da Associação. Os países o têm à disposição desde então, mas não temos recebido até o momento nenhum pronunciamento sobre esse tema.

Não obstante, é muito razoável o proposto pelo Senhor Representante da Argentina sobre o que surgiu do GATT e sobre o que se está discutindo neste mundo em nível internacional, e sobre isso falarei brevemente, sem entrar muito em tecnicismos. Refere-se a que a aplicação das normas técnicas, baseada na norma ISO 9000 que é de aplicação universal, nestes momentos está começando também a ser utilizada como um obstáculo técnico ao comércio, mas incorporando variáveis que não estão legisladas no âmbito do GATT como aquelas que têm relação com as medidas restritivas do comércio derivadas da preservação e conservação do meio ambiente.

Nesse sentido entramos em contato com a Direção Geral da ONUDI, em Viena, com o propósito de organizar aqui, em Montevideu, em nossa sede, um seminário para a discussão desta temática e nessa ocasião novamente estamos pensando na possibilidade de contar com a participação dos senhores Chefes dos Escritórios Nacionais de Normalização e Controle de Qualidade com o propósito de revisar todas aquelas ações vinculadas com nosso acordo-quadro, que em princípio deu a impressão e um juízo preliminar que podemos emitir, que estaria na mesma lógica do que foi o resultado da Rodada Uruguai do GATT. Não obstante, este aspecto específico que se relaciona com a utilização das medidas de preservação e conservação do meio ambiente e que estão sendo disfarçadas no

comércio internacional através de normas técnicas, merece um tratamento muito particular e insisto em que nesse sentido estamos pedindo assistência para atender este tema adequadamente no âmbito da Associação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Desculpe, uma pergunta. Este documento será apresentado terça-feira?

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Não, desculpe, o documento mencionado pelo Secretário-Geral está em elaboração e uma elaboração bastante detalhada; calculo que em duas semanas poderemos tê-lo sobre a Mesa.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, sim, compartilhamos da proposta, ampliada agora pela Representação argentina. Gostaríamos também de pontualizar dois aspectos. Isto das duas semanas talvez deveríamos forçar-nos para prever se quiséssemos três, estaria bem, mas se entendemos que são instrumentos de trabalho, inclusive para que o próprio Comitê de Representantes tenha os elementos mínimos que nos permitam este intercâmbio de pontos de vista e comecemos a tratar as sintonias de coisas que estão evoluindo com uma rapidez realmente vertiginosa nos chamados novos temas, inclusive.

Desejariamos pedir uma data de entrega do documento e segundo pediríamos também que se acrescentasse, se possível, a relação do TLC que também tem algumas "coisinhas" por aí originais.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Senhor Presidente, a Secretaria considera que todos os novos elementos fornecidos agora distorceriam em algo o acordo-quadro ou dito de outra maneira, o projeto de acordo-quadro que esteve avançando na Associação? Muito obrigado.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Quanto à pergunta do Representante do Uruguai, em princípio e sem prejuízo de uma análise mais exaustiva que indubitavelmente deveremos fazer de todas nossas propostas atualmente em andamento ou que estão em mãos dos países, no acordo-quadro de normas técnicas continuamos na mesma onda do que é proposto no texto do código de obstáculos técnicos ao comércio, resultante da Rodada Uruguai.

Não garanto que todas as propostas feitas por nós tenham a mesma resposta, mas, pelo menos, no caso das normas técnicas, em princípio, a idéia continua sendo a mesma.

- Convocação da terceira reunião de Peritos Governamentais sobre Comércio de Serviços (ALADI/CR/PA 52).

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina).
Desculpe, Senhor Presidente, brevemente.

Voltando ao documento sobre "Assuntos em Pauta", ao ponto 10: há uma proposta de convocação para a terceira reunião de peritos governamentais sobre comércio de serviços. A esse respeito desejaria que ficasse registrado que foi enviado o respectivo convite para que essa terceira reunião se realize na cidade de Quito, nas datas sugeridas por alguns Senhores Representantes, que seria entre 6 e 8 de abril. Face a essa proposta equatoriana, esse convite equatoriano deveria modificar-se também o projeto de acordo que nos distribuíram no documento 52, fazendo constar nesse projeto a data tentativa e o lugar onde se realizará. Nada mais, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Equador, tem toda a razão e aproveitaria para expressar-lhe também o reconhecimento do Comitê por este convite tão cordial de seu Governo ao qual através de Vossa Excelência queremos fazer chegar nosso reconhecimento.

Se não houver nenhum outro assunto a tratar, encerraremos esta sessão ordinária do Comitê.

- Assim se procede.
